

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

## GOVERNMENT OF INDIA

## GOVERNO DA INDIA

## Ministry of Mines and Metals

## Ministério de Minas e Metais

Office of the Controller of Mining Leases,  
Goa, Daman and Diu

Repartição do Controlador de Arrendamentos  
de Minas de Goa, Damão e Dio

Order

Ordem

CML-Z-3/68

CML-Z-3/68

Whereas a case was registered for modifications of terms of the mining lease dated 9th April, 1937 for Iron and Mangane Ore held by Smt. Maria Alice Sodder e Pereira, Sancordem, Goa, area 100 hectares situated in village Sancordem, Sanguem Taluka, Goa.

(1) And whereas an enquiry has been made, as laid down in the Mining Leases (Modification of Terms) Amendment Rules 1956.

(2) It is hereby ordered under Rule 6 of the aforesaid Rules that the terms and conditions of the above lease shall stand modified as follows:—

- (i) Period: The period of the lease shall be 20 years commencing from 15th January, 1966.
- (ii) Dead Rent: Dead rent shall be payable at Rs. 25/- per hectare per annum from 15th January, 1966.
- (iii) Royalty: Royalty shall be payable in respect of any mineral removed by him from the lease area after 15-1-1966 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation Development) Act 1957 in respect of that mineral.
- (iv) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- (v) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof:—

«Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation & Development) Act, 1957 (No. 67 of 1957)».

3. It is further clarified that royalty shall be payable in accordance with section 9 of the Mines & Minerals (Regula-

Tendo em consideração de que foi requerida a modificação das condições do contrato de arrendamento de mina, datado de 9 e Abril de 1937, para minério de ferro e manganês, da área de 100 hectares, sita na aldeia de Sancordem do concelho de Sanguem, Goa, e em posse da Sra. Alice Sodder e Pereira, de Sancordem, Goa;

(1) Atendendo a que foram feitas averiguações, como dispõe a «Mining Leases (Modification of terms) Amendment Rules, 1956»;

(2) Por esta se determina, ao abrigo da norma 6.ª das citadas normas que as condições do referido contrato de arrendamento sejam modificadas como a seguir se indica:—

- (i) Período: O período de arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- (ii) Renda fixa: A renda fixa a pagar será de Rps. 25/- por hectare, por cada ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- (iii) Direitos de privilégios: Os direitos de privilégios serão pagáveis em relação a cada mineral extraído, pelo concessionário, da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda Tabela do «Mines and Minerals (Regulations and Developments) Act, 1967» em relação a esse mineral.
- (iv) O concessionário também pagará, pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina a renda de superfície e a renda de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- (v) A seguinte cláusula será acrescentada no referido contrato de arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo.

«Com excepção das modificações feitas por esta ordem, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 n.º 67 of 1957)».

3. Esclarece-se que o direito de privilégio será pago de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Minerals (Regula-

tion & Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

4. It is further ordered that this order be published in the Official Gazette of Goa, Daman and Diu and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

5. This order will not apply to Coal and other minor minerals.

6. The lease is restricted to winning of Iron and Manganese Ore only.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 15th June, 1968.

#### Order

CML-Z-188/66

1. This is a case for modification of the terms of the mining lease dated 14th April, 1952 (T. T. 26-12-1952) for Iron and Ferro Manganese Ore held by Shri Hiru Bombo Gaunco, Station Road, Margao Goa, area 100 hectares, situated in village Vichundrem of Netorlim of Sanguem Taluka, Goa.

2. A notice was served on the lessee in which the proposed modifications were mentioned and the lessee has stated that he has no objection to the lease being modified. He only urged that the dead rent proposed may be reduced. Shri P. C. Gupta, Assistant Mining Engineer was also heard on behalf of the State Government.

3. I have given my careful consideration to the case and I hereby order that the Terms and Conditions of the above mentioned lease shall stand modified as follows:

4. The period of the lease shall be 20 years commencing from 15th January 1966.

5. The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per hectare, per annum from 15th January, 1966.

6. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by him from the leased area after 15-1-1966 at the rate for the time being specified in the 2nd Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that Mineral.

7. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate of such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

8. The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof:—

Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and notifications issued by the Government of India from time to time.

9. It is further clarified that the Royalty shall, be payable in accordance with section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

10. It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette of Goa, Daman & Diu and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

11. This order will not apply to Coal and other minor minerals.

12. The lease is restricted to the winning of Iron and Ferro Manganese Ore only.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th June, 1968.

tion and Development) Act, 1957, em vez de o ser conforme se acha estipulado no contrato de arrendamento. Os direitos de privilégios pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo fixar ou determinar.

4. Determina-se que a presente ordem seja publicada no *Boletim Oficial* de Goa, Damão e Diu e de que cópias da mesma sejam enviadas ao concessionário e ao Governo Estadual.

5. O disposto nesta, não terá aplicação no respeitante à carvão e outros minerais secundários.

6. O arrendamento restringe-se à extração de minério de ferro e manganês, somente.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 15 de Junho de 1968.

#### Ordem

CML-Z-188/66

1. Trata-se dum caso de modificação das condições do contrato de arrendamento de mina, datado de 14 de Abril de 1952 (T. T. 26-12-1952), para minério de ferro e ferro-manganês, da área de 100 hectares, sita na aldeia Vichundrem de Netorlim do concelho de Sanguem, Goa, e em posse do Sr. Hiru Bombo Gaunco, Rua da Estação dos Caminhos de Ferro, Margão, Goa.

2. Foi dado um aviso ao arrendatário em que se mencionavam as propostas modificadas e o mesmo, declarou que não tinha nenhum inconveniente em que o contrato de arrendamento fosse modificado. Só pediu que a proposta da renda fixa, fosse reduzida. O Sr. P. C. Gupta, engenheiro assistente de minas, também foi ouvido, por parte do Governo.

3. Tendo apreciado o caso cuidadosamente, determino que as condições do contrato acima mencionado sejam modificadas como segue:

4. O período de arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

5. A renda fixa a pagar será de Rps. 25/- por hectare, por cada ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

6. Os direitos de privilégios serão pagáveis e em relação a cada mineral extraído, pelo arrendatário, da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1967», em relação a esse mineral.

7. O arrendatário também pagará, pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a renda de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagável pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

8. A seguinte cláusula será acrescentada no referido contrato de arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo.

«Com excepção das modificações feitas por esta ordem, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957, (N.º 67 of 1957)».

9. Esclarece-se que os direitos de privilégios, serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de o ser conforme se acha estipulado no contrato de arrendamento. Os direitos de privilégios, renda fixa, área de superfície, etc. relativos ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.

10. Mais se determina que a presente ordem seja publicada no *Boletim Oficial* de Goa, Damão e Diu, e de que cópias da mesma, sejam enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual.

11. O disposto nesta, não terá aplicação no respeitante ao carvão e outros minerais secundários.

12. O arrendamento restringe-se à extração de ferro e ferro-manganês, somente.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 27 de Junho de 1968.

## Order

CML-Z-21/139/66

1. This is a case for modification of the terms of the mining lease dated 6th October 1947 (T. T. 16-1-1953) for Iron and Ferro Manganese Ore held by Shri Hiru Bombo Gaunco, Station Road, Margao Goa, area 20 hectares, situated in village Vichundrem of Netorlim of Sanguem Taluka, Goa.

2. A notice was served on the lessee in which the proposed modifications were mentioned and the lessee has stated that he has no objection to the lease being modified. He only urged that the dead rent proposed may be reduced. Shri P. C. Gupta, Assistant Mining Engineer was also heard on behalf of the State Government.

3. I have given my careful consideration to the case and I hereby order that the Terms and Conditions of the above mentioned lease shall stand modified as follows:

4. The Period of the lease shall be 20 years commencing from 15th January 1966.

5. The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per hectare, per annum from 15th January, 1966.

6. The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by him from the lease area after 15-1-1966 at the rate for the time being specified in the 2nd Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that Mineral.

7. The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.

8. The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof:—

Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and notifications issued by the Government of India from time to time.

9. It is further clarified that the Royalty shall be payable in accordance with section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.

10. It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette of Goa, Daman and Diu and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

11. This order will not apply to Coal and other minor minerals.

12. The lease is restricted to the winning of Iron and Ferro Manganese Ore only.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th June, 1968.

## GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Finance (Revenue) Department

Notification

Fin(Rev)/2-41/1334/68

In continuation of Government Notification No. Fin(Rev)/2-41/758/67 dated 9th January, 1968 it is clarified that the amount of daily allowance payable to any non-official member nominated on the Committee as constituted by the said Notification shall be at the maximum rate of Rs. 15-70 Ps. per day.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Finance Secretary.

Panaji, 5th July, 1968.

## Ordem

CML-Z-21/139/66

1. Trata-se dum caso de modificação das condições do contrato de arrendamento de mina, datado de 6 de Outubro de 1947 (T. T. 16-1-1953), para minério de ferro e ferro-manganês, da área de 20 hectares, sita na aldeia Vichundrem de Netorlim do concelho de Sanguem, Goa, e em posse do Sr. Hiru Bombó Gaunço, Rua da Estação dos Caminhos de Ferro, Margão, Goa.

2. Foi dado um aviso ao arrendatário em que se mencionavam as propostas modificadas e o mesmo, declarou que não tinha nenhum inconveniente em que o contrato de arrendamento fosse modificado. Só pediu que a proposta da renda fixa fosse reduzida. O Sr. P. C. Gupta, engenheiro assistente de minas, também foi ouvido, por parte do Governo.

3. Tendo apreciado o caso cuidadosamente, determino que as condições do contrato acima mencionado sejam modificadas como segue:

4. O período de arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

5. A renda fixa a pagar será de Rps. 25/- por hectare, por cada ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

6. Os direitos de privilégios serão pagáveis em relação a cada mineral extraído, pelo arrendatário, da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a esse mineral.

7. O arrendatário também pagará, pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a renda de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

8. A seguinte cláusula será acrescentada no referido contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo.

«Com excepção das modificações feitas por esta ordem, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (N.º 67 of 1957)».

9. Esclarece-se que os direitos de privilégios serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de o ser conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégios, renda fixa, área de superfície, etc. relativos ao período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.

10. Mais se determina que a presente ordem seja publicada no Boletim Oficial de Goa, Damão e Diu, e de que cópias da mesma, sejam enviadas ao arrendatário e ao Governo Estadual.

11. O disposto nesta não terá aplicação no respeitante ao carvão e outros minerais secundários.

12. O arrendamento restringe-se à extracção de ferro e ferro-manganês, somente.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 27 de Junho de 1968.

## GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIU

Departamento das Finanças (Receita)

Despacho

Fin(Rev)/2-41/1334/68

Em aditamento ao despacho n.º Fin(Rev)/2-41/758/67, de 9 de Janeiro de 1968, esclarece-se que a importância do subsídio diário pagável a qualquer membro não-official da comissão constituída por despacho acima referido, será na máxima percentagem de Rps. 15-70 Ps. por dia.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretário das Finanças.

Panaji, 5 de Julho de 1968.

## Revenue Department

Notification

DR/TNC/416/67

In exercise of the powers conferred by sub-section (4) of Section 56 of the Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964, Government is hereby pleased to reserve the land known as «Varzem Setimo Divisao de Oulem Morod», situated at Santa-Ines, Panaji of Goa Taluka, admeasuring 67,386 hectares and bearing Cadastral Survey No. 1092 of Panaji, No. 51 of Taleigao and registered in the Registrar's Office of Panaji under Nos. 410 at Folio 70 of Book B-6 (Old), 11 at Folio No. 6.V of Book No. B-1 (New) and 2451 at Folio No. 280. V of Book No. B-28 (Old), for non-agricultural purposes, namely, construction of residential houses.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 12th July, 1968.

Corrigendum

RD/LQN/246/65-68

In Government Notification, Revenue Department No. RD/LQN/246/65-67, dated 4th May, 1968 published on pages 39 and 40 of Series II, no. 6, of the Government Gazette, dated the 9th May, 1968, in the schedule appended thereto, for the figures «303992» appearing in the last column against plot no. 57, read the figures «303993».

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 12th July, 1968.

## Food and Civil Supplies Department

Notification

DE/TECH/A/54/66/I-D

1. Shri John Varkey Abraham, a candidate recommended by the Union Public Service Commission, is hereby temporarily appointed as an Assistant Lecturer in Applied Mechanics in the College of Engineering Goa, in the scale of Rs. 375-25-500-30-590-EB-30-650, plus the usual allowances admissible as per rules from time to time with effect from 8-7-1968, (forenoon), until further orders.

2. His initial pay will be fixed according to rules as per the recommendation from Union Public Service Commission contained in their letter no. F.I/960/67-R(F), dated 7th June, 1968.

3. The appointment is subject to the conditions specified in this Department's Memorandum no. DE/TECH/A/54/66/I-D, dated 4-7-1968 and the rules and regulation laid down by the Government from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 8th July, 1968.

Notification

DE/EST/A/66/XII

1. Shri Ishverlal Jaganji Naik, a candidate recommended by the Union Public Service Commission is hereby temporarily appointed as a Lecturer in Gujarati in the Government Arts and Science College, Daman in the scale of Rs. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950 plus the usual allowances admissible as per rules from time to time with effect from 8-7-1968, (forenoon), until further orders.

## Departamento de Rendimentos

Despacho

DR/TNC/416/67

No uso das faculdades conferidas pela alínea (4) do artigo 56.º de «Goa, Daman and Diu Agricultural Tenancy Act, 1964», o Governo reserva o terreno denominado «Varzem Sétimo Divisão de Oulem Morod», situado em Santa Inês, Panaji, concelho de Goa, medindo 67,386 hectares, com o cadastro n.º 1092 de Panaji, n.º 51 de Taleigão e registado na Repartição do Registador, em Panaji, sob os n.ºs 410, a fls. 70, do Livro B-6 (Velho), 11 a fls. n.º 6.V do livro n.º B-1 (Novo) e 2451 a fls. n.º 280 V do livro n.º B-28 (Velho) para os fins não-agrícolas, designadamente, para construção de casas residenciais.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 12 de Julho de 1968.

Corrigenda

RD/LQN/246/65-68

No quadro anexo ao despacho do Departamento de Rendimentos, n.º RD/LQN/246/65-67, de 4 de Maio de 1968, publicado à pgs. 39 e 40 do Boletim Oficial n.º 6, 2.ª série, de 9 de Maio de 1968, em vez dos números «303992», na última coluna, em relação ao terreno n.º 57, devem ler-se os números «303993».

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 12 de Julho de 1968.

## Departamento de Alimentação e Abastecimento Cívico

Despacho

DE/TECH/A/54/66/I-D

1. O Sr. John Varkey Abraham, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, leccionador assistente de mecânica aplicada da Faculdade de Engenharia de Goa, na escala de Rps. 375-25-500-30-590-EB-30-650, acrescida dos subsídios admissíveis segundo as normas, a partir de 8 de Julho de 1968 (antes do meio-dia) até ordens ulteriores.

2. O seu vencimento inicial será fixado de acordo com as normas, segundo a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, feita por sua nota n.º F.I/960/67-R(F), de 7 de Junho de 1968.

3. A nomeação fica sujeita às condições previstas no memorando deste Departamento n.º DE/TECH/A/54/66/I-D, de 4 de Julho de 1968, e às normas e regulamentos que vierem a ser formulados pelo Governo, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panaji, 8 de Julho de 1968.

Despacho

DE/EST/A/66/XII

1. O Sr. Ishverlal Jaganji Naik, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente leccionador de Gujarati da Faculdade de Letras e Ciências do Governo, em Damão, na escala de Rps. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950, acrescida dos subsídios admissíveis as per rules from time to time with effect from 8-7-1968, (forenoon), until further orders.

sible as per rules from time to time, with effect from the date of his taking charge, until further orders.

2. His initial pay will be fixed according to rules, as per the recommendation from the Union Public Service Commission contained in their letter no. F.1/586/67-RE, dated 31st January 1968.

3. The appointment is subject to the conditions specified in this Office Memorandum No. DE/EST/A/66 dated 1/4/68 and the rules and regulations laid down by the Government from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 10th July, 1968.

### Development Department 'A'

#### Order

CDB/1028/68

The Government of Goa, Daman and Diu hereby orders the reconstitution of all the Block Advisory Committees in this territory as detailed below. This supersedes all orders issued earlier in this respect.

1. Members of Parliament from the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

2. Members of Legislative Assembly of the Union Territory of Goa, Daman and Diu from the concerned Block area; where the Block is covered by more than one constituency, the M. L. A.'s from both the areas will be members of the Block Advisory Committee. The names of the individual members of each Block Advisory Committee will be notified separately.

3. All sarpanches in the Block area.

4. A local representative of the Bharat Sevak Samaj to be nominated by the convenor of the Bharat Sevak Samaj.

5. A local representative of the Swami Vivekananda Society.

6. One local representative, each, where available, of All India Women's Council and the Project Implementing Committee.

7. Technical Officers of the Departments of Agriculture, Animal Husbandry & Veterinary Services, Education Public Health, Public Works Department, Cooperation, Forests, Industries and Fisheries.

8. The Mamlatdar of the Taluka.

9. One representative each of the scheduled castes and scheduled tribes in the Block area, to be nominated by the Block Advisory Committee.

10. A representative nominated by the Goa Unit of the Khadi and Village Industries Commission.

11. One representative of the majority type of Cooperative Societies in the Block to be nominated by the Registrar of Cooperative Societies in consultation with the local Block Development Officer. The Registrar of Cooperative Societies in consultation with the Block Development Officer may also nominate one more representative in certain Blocks to represent and safe-guard the interest of special types of cooperatives existing in the Blocks.

The Block Development Officer will be the Secretary of the Committee.

The Block Advisory Committee will function for a period of one year in the first instance or until further orders, whichever is earlier and will advise the Administration on the planning of schemes, preparation of budget, location of schemes and their execution. The Committee should meet at least once in every 2 months.

The Chairman of the Committee shall be elected by and from amongst the non-official members constituting the Block Advisory Committee and will hold office during the period for which the committee is constituted. The election of the chairman shall be held by secret ballot by all the non-official members of the Committee present. All the non-official members of the Committee will have a right to vote and also to stand for chairmanship irrespective of whether

síveis segundo as normas, periodicamente, a partir da data em que tomar posse e até ordens ulteriores.

2. O seu vencimento inicial será fixado de acordo com as normas, segundo a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, feita por sua nota n.º F.1/586/67-RE, de 31 de Janeiro de 1968.

3. A nomeação está sujeita às condições previstas no memorando n.º DE/EST/A/66, de 1 de Abril de 1968, e às normas e regulamentos que vierem a ser formulados pelo Governo periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panaji, 10 de Julho de 1968.

### Departamento de Fomento 'A'

#### Portaria

CDB/1028/68

O Governo de Goa, Damão e Diu, determina a reconstituição de todas as comissões consultivas concelhias neste território, como abaixo se indica. A presente portaria substitui todas as portarias anteriores sobre o assunto.

1. Membros do Parlamento do Território da União de Goa, Damão e Diu.

2. Membros da Assembleia Legislativa do Território da União de Goa, Damão e Diu, do respectivo concelho. No caso em que o concelho seja abrangido por mais de um círculo eleitoral, os membros da Assembleia Legislativa por ambos esses círculos serão membros da comissão consultiva concelhia. Os nomes individuais dos membros de cada comissão consultiva concelhia, serão tornados públicos separadamente.

3. Todos os presidentes dos «Panchayats» do respectivo concelho.

4. Um representante local da «Bharat Sevak Samaj» a ser nomeado pelo presidente da «Bharat Sevak Samaj».

5. Um representante local da sociedade Swami Vivekananda.

6. Um representante local, caso exista, da «All India Women's Council» e um do «Project Implementing Committee».

7. Oficiais técnicos dos Serviços de Agricultura, Pecuária e Veterinária, Instrução e Saúde Pública, Obras Públicas, Cooperação, Matas, Indústrias e Pescarias.

8. Mamlatdar do respectivo concelho.

9. Um representante das castas esquédulas e um das tribos esquédulas, a ser nomeado pela comissão consultiva concelhia.

10. Um representante nomeado pelo ramo de Goa, da «Khadi and Village Industries Commission».

11. Um representante do tipo de sociedades cooperativas em maioria no concelho, a ser nomeado pelo Registador de Sociedades Cooperativas, de consulta com o «Block Development Officer». O Registador de Sociedades Cooperativas, de consulta com o «Block Development Officer», poderá, também, nomear mais um representante em certos concelhos, para representar e zelar pelos interesses dos tipos especiais de cooperativas existentes nos concelhos.

O «Block Development Officer» será o secretário da comissão.

A comissão consultiva concelhia funcionará inicialmente, por período de um ano, ou até ordens ulteriores, conforme a hipótese que se verificar mais cedo, e aconselhará a Administração sobre a elaboração de projectos, orçamento, localização e execução dos mesmos. A mesma comissão, deverá reunir-se ao menos, uma vez em cada dois meses.

O presidente da comissão, será escolhido pelos e dentro dos membros não-oficiais que constituam a comissão consultiva concelhia e exercerá esse cargo pelo período durante o qual a comissão tiver sido constituída. A eleição do presidente será por votação secreta, entre todos os membros não-oficiais da comissão presentes. Todos os membros não-oficiais da comissão terão o direito de votar e bem assim de candidatar-se para o lugar de presidente, quer tenham sido nomea-

they are nominated by Government elected. The Block Development Officer will conduct the election.

The non-official members of the Committee will be eligible to draw T. A. and D. A. as admissible to Grade I Officers of the Government of India. The non-official members who are residents at the place where the Committee meets or who reside within 8 km. of the place will draw actual cost of conveyance hired subject to the maximum of Rs. 10/- per day.

The expenditure should be debited to the budget head «37-CDP, NES, & LDW-A-1».

The names of the individual members of each of the Block Advisory Committees will be notified separately.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (Development).

Panaji, 8th July, 1968.

#### Notification

CDP/VPT/7611/67

The appropriate Government is pleased to cancel its Notification issued under No. RD/LQN/184, dated 5th July, 1966 and published at page 66 of series II of the Government Gazette dated 14th July, 1966.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 9th July, 1968.

#### Notification

CDP/VPT/7611/67

Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz., for construction of a new road to the crematorium and sea shore at Candolim.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act»), that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector North Sub-Division, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, North Sub-Division, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Block Development Officer, Mapusa.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the said Deputy Collector at Panaji for a period of 30 days from the date of this Notification.

dos pelo Governo ou eleitos. O «Block Development Officer» ficará encarregado da mesma eleição.

Os membros não-oficiais da comissão, terão direito aos subsídios de viagem e carestia conforme são pagos os primeiros-oficiais do Governo da Índia. Os membros não-oficiais que residam nas localidades em que a comissão se reúne ou que residam num raio de 8 quilómetros da mesma localidade, terão direito ao custo actual de transporte utilizado, sujeito ao máximo de Rps. 10/- por dia.

O respectivo encargo será satisfeito pela verba «37-CDP, NES, & LDW.A. 1»

Os nomes individuais dos membros de cada comissão consultiva concelhia, serão tornados públicos posteriormente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. N. Dhumak, Subsecretário (Fomento).

Panaji, 8 de Julho de 1968.

#### Despacho

CDP/VPT/7611/67

O Governo interessado determina que fica sem efeito o despacho n.º RD/LQN/184, datado de 5 de Julho de 1966, e publicado à pgs. 66 do *Boletim Oficial*, 2.ª série, de 14 de Julho de 1966.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 9 de Julho de 1968.

#### Despacho

CDP/VPT/7611/67

Considerando que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção duma nova estrada para o crematório e praia de Candolim.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Governo nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panaji, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panaji.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. «Block Development Officer», Mapuçá.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, em Panaji, pelo prazo de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village			Description of the said land	Approximate area	
Concelho	Aldeia			Descrição do aludido terreno	Área aproximada	
A strip of land, comprised of the following plots ---						
		Plot No.	Cadastral Survey No.	Name of the person interested		
				Faixa de terreno abrangendo os seguintes lotes:		
		Lote n.º	cadastró N.º	Nome do interessado		
Goa	Candolim	1	632	Mateus Carmina da Caridade Rodrigues Chico of Candolim	214.41 Sq. mts.	
		2	633	Joaquina Antonio Fernandes of Candolim	219.42 Sq. mts.	
		3	635	Mateus Carmina da Caridade Rodrigues Chico of Candolim	225.66 Sq. mts.	
		4	638	Lino João Baptista Caetano Seco and Pedro Simao Seco of Candolim	128.34 Sq. mts.	
		5	639	Emilia Nazare Rodrigues Chico	2550.81 Sq. mts.	
		6	621	Francisco Xavier Fernandes of Candolim	253.74 Sq. mts.	
		8	640	Paciencia Fernandes of Candolim	163.94 Sq. mts.	
		9	643	Pedro Simao Cabral Seco alias Pedro Simao Seco and Luis João Baptista Caetano Seco of Candolim	95.96 Sq. mts.	
						3852.28 Sq. mts.

(The above plot numbers have been shown in the plan referred to in para 6 above).

(Os números acima mencionados acham-se indicados no plano a que se refere o § 6.º).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 12th July, 1968.

Panagi, 12 de Julho de 1968.

Industries and Power Department

Departamento de Indústrias e Energia

Notification

Despacho

11/30/67-IND/1792

11/30/67-IND/1792

In exercise of the powers conferred on him by the Government of India, Minister of Food and Agriculture, Community Development and Corporation (Department of Food)'s Order No. G. S. R. 1034 dated 27-5-68, the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to appoint the following Officers as the Licensing Officers for the purpose of Section 4 of the Rice Milling Industry (Regulation) Act 1958, within their respective jurisdictions as given below: —

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela portaria do Governo da India, n.º G. S. R. 1034 do Ministério de Alimentação e Agricultura, Desenvolvimento da Comunidade e Corporação (Departamento de Alimentação), datada de 27 de Maio de 1968, o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, nomeia os seguintes oficiais como oficiais licenciadores, para os fins do artigo 4.º do «Rice Milling Industry (Regulation) Act, 1958», dentro da respectiva jurisdição como a seguir se indica: —

Licensing Officer	Jurisdiction
1. Collector of Goa	District of Goa.
2. Collector of Daman	Daman.
3. Civil Administrator of Diu	Diu.
4. The Director of Industries	Entire territory of Goa, Daman and Diu in addition to the above officers.

Entidade licenciadora	Jurisdição
1. Collector de Goa	Distrito de Goa.
2. Collector de Damão	Damão.
3. Administrador Civil de Diu	Diu.
4. Director de Indústrias.	Todo o território de Goa, Damão e Diu, além das entidades acima mencionadas.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary, Industries and Labour Department.

S. R. Shinde, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 12th July, 1968.

Panagi, 12 de Julho de 1968.

Labour and Information Department

Departamento de Trabalho e Informação

Order

Portaria

LC/1/68

LC/1/68

The following Notification from the Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation (Deptt. Para conhecimento geral, a seguir se publica o despacho do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação (Departa-



of Labour and Employment), New Delhi, is hereby republished for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 9th July, 1968.

Dated the 28th May, 1968

Notification

F.No. 1/31/68-LRI-1

S.O.—In exercise of the powers conferred by section 7 of the Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947), the Central Government hereby constitutes Labour Court No. 2 with headquarters at Bombay for the adjudication of industrial disputes relating to any matter specified in the Second Schedule to the said Act and for performing such other functions as may be assigned to it under the said Act, and appoints Shri N. K. Vani as the presiding officer of that Court with effect from the 23rd May, 1968.

Sd/-

O. P. TALWAR  
Under Secretary

Notification

IT/LBSNMT/66/1840

The Lt. Governor of Goa, Daman and Diu is pleased to constitute the State Committee for the Lal Bahadur Shastri National Memorial Trust, consisting of the following:—

1. Shri D. B. Bandodkar, Chief Minister — Chairman.
2. Shri Anthony D'Shouza, Minister for Industries & Labour — Member.
3. Shri G. G. Mayekar, Minister for Information & Tourism — Member.
4. Shri Manju Gaonkar, Deputy Speaker — Member.
5. Shri J. J. Shinkre, Member of Parliament — Member.
6. Shri Jack de Sequeira, Leader of Opposition — Member.
7. Mrs. Indu Nakul Sen, Chairman, State Social Welfare Advisory Board — Member.
8. Shri Armando Santana Pereira, President, Salcete Municipality — Member.
9. Shri P. S. Varde, Director of Education — Member.
10. Shri Madhav Y. Gadkari, Editor «Gomantak» — Member.
11. Shri Prabhakar S. Angle — Member.
12. Dr. Subhas Bhende, Dhemphe College — Member.
13. Shri Yogendra Kohli, Director of Information & Tourism — Member-Secretary.

T.A./D.A. of the non-official members serving in the Committee will be regulated under S.R. 190.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 15th July, 1968.

mento de Trabalho e Emprego) do Governo da Índia, de Nova-Delhi.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 9 de Julho de 1968.

28 de Maio de 1968

Despacho

F.No. 1/31/68-LRI-1

S.O.—No uso das faculdades conferidas pelo artigo 7.º do «Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947)», o Governo Central determina a constituição do Tribunal de Trabalho n.º 2, com sede em Bombaim, para decidir disputas industriais sobre qualquer assunto indicado na 2.ª tabela do citado Act, e para exercer quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas ao abrigo do citado Act, e nomeia o Sr. N. K. Vani, como presidente do mesmo Tribunal, a partir de 23 de Maio de 1968.

Sd/-

O. P. TALWAR  
Subsecretário

Despacho

IT/LBSNMT/66/1840

O Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, determina a constituição duma comissão estadual para o «Lal Bahadur Shastri National Memorial Trust» composta dos seguintes:

1. Sr. D. B. Bandodkar, Ministro-Chefe — Presidente.
2. Sr. Anthony D'Shouza, Ministro de Indústrias e Trabalho — Vogal.
3. Sr. G. G. Mayekar, Ministro de Informação e Turismo — Vogal.
4. Sr. Manju Gaonkar, «Deputy Speaker» — Vogal.
5. Sr. J. J. Shinkre, Membro do Parlamento — Vogal.
6. Sr. Jack de Sequeira, Chefe da Oposição — Vogal.
7. Sr. Indu Nakul Sen, Presidente da Comissão Consultiva Estadual de Bem-Estar Social — Vogal.
8. Sr. Armando Santana Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Salcete — Vogal.
9. Sr. P. S. Varde, Director dos Serviços de Instrução — Vogal.
10. Sr. Madhav Y. Gadkari, Redactor do diário «Gomantak» — Vogal.
11. Sr. Prabhakar S. Angle — Vogal.
12. Dr. Subhas Bhende, «Dhemphe College» — Vogal.
13. Sr. Yogendra Kohli, Director de Informação e Turismo — Vogal-Secretário.

Os subsídios de transporte e carestia dos membros não-oficiais da mesma comissão, serão regulados conforme a norma S.R. 190.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 15 de Julho de 1968.